

Potencial inexplorado

Segundo relatório da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), de 1995, é possível extrair, no semi-árido,

20 bilhões

de metros cúbicos de água por ano.

Entretanto, é extraído menos de

1 bilhão,

ou "3% a 4% de toda essa grande disponibilidade".

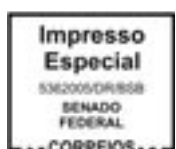


Valadares quer política para água no semi-árido

Antônio Carlos Valadares defendeu a implantação de uma "política agressiva" de armazenamento e distribuição de água para o semi-árido nordestino. **Página 8**

Seminário discute hoje modernização de portos no país

Auditório Petrônio Portela sedia encontro que debaterá entraves às exportações brasileiras. **Página 7**



CPI da Pedofilia deve iniciar atividades

Com a leitura dos nomes dos integrantes, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará o uso da internet em crime de pedofilia deve começar suas atividades. **Página 3**

Vetos podem ter decisão amanhã

A votação dos vetos presidenciais a proposições aprovadas pelo Legislativo poderá ocorrer amanhã, previu ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves. **Página 3**

CPI vive momentos decisivos. Oposição cobra fim de sigilos

Garibaldi sugere ao governo que revele gastos com cartões. Virgílio pede a FHC, dona Rute, Lula e dona Marisa que autorizem quebra de sigilo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem que as próximas horas serão decisivas para a CPI Mista dos Cartões Corporativos. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, considerou verídica reportagem da revista *Veja* sobre suposto dossiê que teria

sido elaborado por assessores de Lula acerca dos gastos no governo FHC. O líder do DEM, José Agripino, anunciou que seu partido vai se afastar da CPI se requerimentos não forem aprovados. Alvaro Dias considerou criminoso o dossiê sobre o governo passado. **Página 5**

Garibaldi (em visita à TV Senado) pede aos parlamentares que não deixem CPIs "falecerem por inanição"



Paulo Lima

Virgílio (D) e Agripino querem convocação de Dilma Rousseff e acesso aos dados dos cartões



Gerardo Magela

Senador analisa possibilidade de propor que órgãos públicos e conselhos transmitam decisões colegiadas pela internet

Tião Viana elogia Aneel por divulgação ao vivo de decisões

A iniciativa do Conselho Administrativo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de transmitir, desde 2004, suas reuniões e audiências ao vivo, via internet, foi elogiada por Tião Viana (PT-AC). Segundo o senador, a medida possibilita à sociedade acompanhar todas as decisões do conselho de forma transparente.

– Em visita à Aneel, pude perceber atitudes administrativas que julgo da maior relevância e que devem fazer parte do cenário político que queremos construir para o Brasil, pautado no princípio da publicidade, da transparência. Quando se trata do licenciamento de obra de uma usina hidrelétrica; de restrição por não cumprimento de metas das empresas que reivindicam o licenciamento; de cancelamento de obra licenciada por razões de infração, todas essas decisões são tomadas à luz do dia – destacou.

Viana relatou que, logo após a implantação desse sistema, os integrantes da agência demonstraram insegurança com a sensação de vulnerabilidade causada pelo fim da privacidade. “Mas, com o passar dos anos, a sensação foi de convicção de que aquilo era um princípio de comunicação direta com a sociedade num Estado democrático”, ressaltou.

O senador lembrou que Eduardo Suplicy (PT-SP) já destaca,



Genildo Magalhães

Viana: medida é parte do controle social necessário ao bom uso do dinheiro público

há algum tempo, a necessidade de alguns conselhos públicos importantes, como o Comitê de Política Monetária (Copom), transmitirem ao vivo suas reuniões.

– Estou estudando, do ponto de vista legislativo, o alcance que uma medida dessas pode ter, estabelecendo a oportunidade de todos os órgãos públicos e conselhos virem a transmitir suas decisões colegiadas – acrescentou.

Marinha

Em seu discurso, Tião Viana também elogiou o comandante da Marinha, almirante Júlio Soares, pela preocupação em promover ações de integração nacional em regiões isoladas do país, como a fronteira amazônica. Júlio Soares viaja na próxima sexta-feira para a Amazônia Ocidental, onde vai implantar a Capitania dos Portos no município de Cruzeiro do Sul (AC), informou o senador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia os 200 anos da Faculdade de Medicina da Bahia

A sessão de hoje, às 14h, é deliberativa. Na hora do expediente, os senadores comemoram a passagem do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O documento que determinou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, que deu origem à Faculdade de Medicina, foi assinado por dom João VI em 18 de fevereiro de 1808, durante a passagem da corte portuguesa pela Bahia. Cinco anos depois, essa escola transformou-se na Academia Médico-Cirúrgica.



Comissões da Câmara e do Senado debatem soluções para o endividamento rural

Propostas para solucionar o endividamento rural serão analisadas, às 10h, em audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária do Senado e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara. Estão convidados

representantes das confederações da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

CPI das ONGs ouve diretor da Editora UnB

A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs reúne-se às 10h30 para ouvir o diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília (UnB), Alexandre Lima, e o presidente afastado do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Dias Henrique.



Políticas educacionais na Espanha e no Brasil

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove, às 10h, o painel “Políticas Educacionais na Espanha e no Brasil”, com a participação do presidente do Senado, Garibaldi Alves; do presidente da comissão, Cristovam Buarque; do representante interino da Unesco no Brasil, Vicent Defourny; e do representante no Brasil da Fundação Santillana, Andrés Cardó. Os palestrantes serão Mariano Engüita, professor da Universidade de Salamanca, e Antônio Ibañez, da UnB.

Subcomissão de Resíduos Sólidos elege vice

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para analisar dez itens. Entre os projetos em pauta, cinco alteram o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), como o que obriga o fornecedor a advertir o consumidor, de forma clara e destacada, sobre o direito de arrependimento. Também está pautado o projeto que trata da retribuição a proprietários rurais por serviços ambientais de conservação de solo e de recursos hídricos. Após a reunião, a Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos elege seu vice-presidente.

Presidente do IBGE fala hoje à Comissão de Assuntos Econômicos

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, fala sobre os indicadores econômicos, sociais e demográficos do país na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Em seguida, os senadores analisam uma pauta de dez itens, entre eles o projeto de lei que busca assegurar ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano para tratar de assuntos pessoais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa e Augusto Botelho

Epidemia de dengue não é a única no Brasil, diz Cristovam Buarque

Ao comentar a epidemia de dengue no Rio de Janeiro, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil também sofre com várias outras “epidemias”. Ele citou o tráfico nas grandes cidades, a violência, a desigualdade social, a falta de credibilidade dos políticos, o tráfico de drogas, a corrupção e a má qualidade da educação.

O senador disse que na própria área da saúde existem outras doenças que afligem ou podem vir a afligir o país, como a tuberculose e a febre amarela.

– E a violência? Alguém, de fato, tomou uma decisão para dizer que, dentro de tantos anos ou décadas, este país será pacífico? Não.

Cristovam Buarque enfatizou que a paralisação de algumas cidades, como São Paulo e até mesmo Brasília, pelo número excessivo de automóveis, é apenas uma questão de tempo.

– E a desigualdade? Alguém tem dúvida de que um país com a desigualdade brasileira vai terminar numa tragédia social?

Para ele, programas como o Bolsa Família pouco contribuem para diminuir a desigualdade, que só poderá desaparecer, acrescentou, quando a educação for valorizada



Cristovam citou outros problemas como violência e falta de qualidade na educação

e as “escolas forem iguais para todos”.

Diante desses problemas, a própria democracia corre perigo, avaliou, já que, acredita o senador, a confiança da população na política vem diminuindo. Ele citou pesquisas que mostram a pequena credibilidade dos partidos políticos e do Congresso junto à população. Para isso, opinou, contribuem o excesso de medidas provisórias e as “medidas judiciais impostas” ao Legislativo. Disse ainda que a corrupção diminui a credibilidade do poder político.

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Mão Santa (PMDB-PI) e Augusto Botelho (PT-RR) elogiaram o pronunciamento.

É crime politizar o combate à doença, afirma Garibaldi

A tentativa de politizar a epidemia de dengue no Rio de Janeiro foi condenada ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves.

– É um crime pensar numa hora dessas em política, se vai-se combater o mosquito com veneno municipal ou estadual. Isso é uma estupidez.

Em razão da epidemia, o presidente do Senado pode adiar o encontro que pretendia realizar esta semana com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para discutir a regulamentação da Emenda 29, que define percentuais mínimos de aplicação de recursos públicos em saúde.

– Acho que esse encontro pode não acontecer como a gente estava prevendo, por conta da epidemia da dengue. O ministro deve estar muito voltado para essa emergência. A regulamentação da Emenda 29 é necessária, mas a epidemia é estado de guerra.

Na mesma entrevista, Garibaldi Alves considerou importante a reunião que o governo realizaria ontem com a base aliada para cobrar empenho na definição de

novas regras para tramitação das medidas provisórias (MPs).

– Eu vejo com satisfação que há uma preocupação tomando conta do Executivo e do Legislativo sobre isso. Mas é aguardar o que é que o presidente quer discutir sobre medida provisória. Ver o que ele vai efetivamente propor, se o Executivo tem alguma coisa a propor.

TV Senado

Garibaldi Alves visitou ontem as instalações da TV Senado em companhia do diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, e do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Helival Rios.

– Todos os senadores deveriam visitar os estúdios e a redação da TV Senado porque só assim teriam uma idéia do esforço que está sendo feito aqui ao longo dos anos.

A diretora do veículo, Virgínia Galvêz, apresentou o novo sistema digital da TV Senado, capaz de armazenar cerca de 200 mil horas de gravação, o que deverá garantir maior agilidade à cobertura das atividades da Casa.

Conforme Garibaldi Alves, a sessão será confirmada somente após entendimento com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Há acordo para o exame de 74 vetos

Congresso pode iniciar amanhã exame de vetos presidenciais

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou ontem em Plenário que a votação dos vetos presidenciais a proposições aprovadas pelo Legislativo poderá ocorrer amanhã. A decisão final depende, porém, conforme ele ressaltou, de entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, já que os vetos precisam ser analisados em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Há 996 vetos, referentes a 159 proposições, pendentes de deliberação. Em um primeiro momento, serão analisados 74 dispositivos vetados em 19 projetos, todos objeto de consenso. Entre eles, há o veto integral ao projeto de lei do Senado (PLS 307/95) que transfere do Ministério do Trabalho e Emprego para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro de jornalista, indispensável ao exercício da profissão.

Relatorias de MPs

Após ser questionado pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), Garibaldi informou que o rodízio das relatorias das medidas provisórias (MPs) será debatido na reunião de líderes que será realizada hoje, às 14h30. A oposição



Garibaldi também anunciou que reunião de líderes debaterá o rodízio das relatorias de MPs

reivindica que o cargo de relator seja distribuído de acordo com o critério da proporcionalidade partidária. O debate veio à tona com a votação da medida provisória que criou a TV Brasil, também chamada de TV pública, há duas semanas.

Naquela sessão, a decisão do governo de considerar inconstitucionais os pressupostos de relevância e urgência de outra MP que antecedia a da TV pública na pauta, para apressar a votação da matéria, irritou os senadores do PSDB e do DEM. O líder dos tucanos chegou a ameaçar romper o diálogo inclusive com o presidente Garibaldi, que se recusou

a interromper aquela sessão deliberativa, conforme requisitava a oposição. No dia seguinte, Arthur Virgílio considerou a atitude do governo um desrespeito ao Legislativo e exigiu a distribuição proporcional das relatorias das MPs.

Garibaldi informou ainda que será discutido em reunião da Mesa, na quinta-feira pela manhã, o questionamento de Arthur Virgílio sobre os motivos pelos quais os 38 requerimentos apresentados pelo líder tucano, com pedidos de informações sobre gastos dos ministérios, ainda não foram analisados, o que tem gerado protestos por parte da oposição.

CPI que investigará pedofilia está pronta para ser instalada

Garibaldi Alves leu ontem, em Plenário, a composição da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar o uso da internet na prática de crimes de pedofilia. Conforme o presidente do Senado, a CPI está apta a iniciar os trabalhos, apesar de não ter havido ainda a indicação dos titulares e suplentes de seu partido, o PMDB, e dos suplentes do Bloco de Apoio ao Governo.

– Mesmo diante dessas lacunas, já há maioria capaz de, constituída a CPI, iniciar os trabalhos – afirmou o presidente do Senado, tão logo terminou a leitura dos nomes.

A CPI foi requerida pelo senador Magno Malta (PR-ES),

que deverá ser eleito presidente do colegiado em sua sessão de instalação. O colegiado terá sete senadores titulares e cinco suplentes e vai dispor de 120 dias para concluir as investigações, a um custo previsto de R\$ 400 mil. No pedido de instalação da CPI, Malta disse que as investigações serão centradas nos resultados da Operação Carrossel, da Polícia Federal, deflagrada no final de 2007. Dela participaram mais de 400 policiais federais, que cumpriram mais de cem mandados de busca e apreensão em pelo menos 50 cidades de 15 estados.

Os membros titulares da comissão de inquérito já indicados



Magno Malta é autor do requerimento de criação da comissão de inquérito

são a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pelo bloco parlamentar da Minoria; Magno Malta e Paulo Paim (PT-RS), pelo Bloco de Apoio ao Governo; e Romeu Tuma (SP), pelo PTB. São suplentes da comissão a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).



Augusto Botelho afirma que a taxa de cura no Brasil é de 77%

Augusto ressalta esforço do governo contra a tuberculose

O senador Augusto Botelho (PT-RR) registrou ontem a passagem do Dia Mundial de Combate à Tuberculose, instituído para lembrar o anúncio da descoberta, há cem anos, do bacilo causador da doença pelo cientista Robert Koch. Augusto, que é médico, lamentou que a tuberculose ainda provoque muitas mortes

em todo o mundo e disse que o governo brasileiro já investiu R\$ 120 milhões, entre 2003 e 2007, para aumentar a taxa de cura dos pacientes tratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o parlamentar, o índice da cura da tuberculose no Brasil é de 77%, contra 94% na China e 85% no Congo e na

Índia. Augusto ressaltou que o país ocupa o 16º lugar em uma lista de 22 países que registram o maior número de casos da doença, com aproximadamente 100 mil ocorrências da enfermidade e 6 mil óbitos por ano.

– A principal medida para controlar a tuberculose é o diagnóstico precoce para o tratamento

imediatamente e adequado. As pessoas que apresentam tosse com catarro por um período superior a três semanas devem procurar um posto do Sistema Único de Saúde. Todos os postos do SUS estão em condições de fazer o diagnóstico e o tratamento para a tuberculose – garantiu Augusto Botelho.

Propaganda do governo engana o país, diz Mão Santa

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), o Brasil vive um momento de enganação com as propagandas do governo Lula.

– A grande obra é continuarmos as que os nossos antecessores começaram e não concluíram, as obras inacabadas. Este país está um cemitério de obras inacabadas. No porto do Piauí, foram gastos US\$ 90 milhões. Faltam US\$ 10 milhões para construir um terminal de combustível. Todas as minhas emendas foram para lá – comentou.

O senador listou como obras inacabadas e abandonadas a Estrada de Ferro Central do Piauí; as zonas de processamento de exportação (ZPEs); o Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato, que “não tem nem mais teco-teco, só tem jumento”; vários estádios de futebol; o tabuleiro de agricultura; as pontes federais no interior e em Teresina; o ambulatório da Universidade Federal do Piauí; a estrada do Cerrado; o metrô de superfície da capital; e a hidrelétrica Boa Esperança de Guadalupe. Conforme denunciou, essas obras estariam sendo anunciadas “pelos aloprados” do governo Lula como se já estivessem sendo concluídas.

– Vamos catalogar as obras inacabadas que estão lá – afirmou.

Mão Santa lembrou que o ministro da Propaganda da Alemanha nazista, Goebbels, dizia que “uma mentira dita mil vezes se transforma em verdade”.

João Pedro e Suplicy pedem solução para conflito no Tibete

Senador amazonense diz acreditar que tibetanos devem lutar por independência total, enquanto representante paulista aponta o caminho do entendimento

João Pedro (PT-AM) afirmou ontem da tribuna que “é inadmissível” a dominação exercida pela China sobre o Tibete, país do Dalai Lama, prêmio Nobel da Paz de 1989. Embora o próprio líder budista não vislumbre no momento mais do que a possibilidade de autonomia do Tibete, o parlamentar disse acreditar que se deva lutar pela independência total do país.

– Não sei se em seu coração o Dalai Lama não está desejando algo mais amplo – ponderou o senador.

Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ser favorável a um entendimento que leve a China e o Tibete a superarem pacificamente os conflitos. O parlamentar reconhece o anseio do Tibete por liberdade, mas acha que é preciso levar em consideração os argumentos da China sobre seus direitos históricos em relação ao território do Tibete.

Pressão

Lembrando que a ocupação chinesa teve início em 1959, João Pedro assinalou que é hora de uma pressão internacional em prol da libertação do Tibete, ainda que ele não creia em boicote aos Jogos Olímpicos de Pequim, a serem realizados este ano.

– Infelizmente, a conjuntura econômica vai impedir um boi-



Para João Pedro, é inadmissível dominação exercida pela China

cote dessa natureza, ao contrário do que ocorreu com a União Soviética em 1980, depois de ter invadido o Afeganistão.

João Pedro disse que assim como é contra a presença dos Estados Unidos no Iraque, repudia a sujeição do Tibete pela China. Para o senador, o mundo tem de superar esse tipo de ingerência, que no caso do Tibete leva a China a suprimir direitos básicos como a presença da Anistia Internacional no país.

– Até a ONU se cala diante dessa situação – lamentou João Pedro, observando que os dados oficiais falam em apenas 19 mortos nas últimas semanas, quando os números da imprensa já apontam 105 pessoas mortas em decorrência dos choques entre tibetanos e chineses.



Suplicy afirma que Dalai Lama prega luta pacífica pela autonomia

Diálogo

Em seu discurso, Suplicy lembrou que o líder espiritual do povo tibetano vem pregando a luta pacífica em prol da autonomia, que não contemplaria a total independência do país.

Para Suplicy, os esforços de paz devem levar em consideração a disposição do Dalai Lama ao diálogo direto com os dirigentes chineses e os progressos que a China tem feito chegar ao Tibete em razão do grande crescimento econômico dos últimos anos.

Antes de comparecer ao Senado na tarde de ontem, o senador fez uma visita ao embaixador da China no Brasil, Jiang Yuande. Ele foi o intérprete de Suplicy quando este visitou a China em 1977 e o incentivador do retorno do senador ao país em 2007.

Cícero lamenta mortes causadas por fortes chuvas

As quatro mortes ocorridas em Cabaceiras, na Paraíba, em razão das fortes chuvas dos últimos dias, foram lamentadas por Cícero Lucena (PSDB-PB). Embora seja conhecida como a cidade de menor índice plu-

viométrico do país, Cabaceiras registrou, em apenas um dia, precipitação de 210 milímetros, “praticamente o que chove durante todo um ano”. O município de Boqueirão também foi atingido por um grande volume

de águas, o que ocasionou o rompimento de uma ponte que corta a rodovia PB-148.

– Registro com pesar não a quantidade de chuva, que é sempre bem-vinda, mas, sim, a morte dessas pessoas – disse.

Goellner destaca reunião para discutir endividamento rural

A importância da reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – que irá discutir hoje, a partir das 10h, propostas para solucionar o endividamento rural – foi destacada por Gilberto Goellner (DEM-MT). O senador acredita que, na audiência, parlamentares e representantes do setor agropecuário poderão chegar a um consenso sobre as diversas proposições destinadas a equacionar as dívidas agrícolas oriundas de financiamentos de bancos públicos e privados. Estarão presentes produtores de lavouras de soja, de algodão, de café do cerrado mineiro, principalmente da Zona da Mata, e da lavoura arrozeira do Rio Grande do Sul.

Segundo o parlamentar, será “um grande evento que analisará as parcelas não cumpridas de empréstimos em razão das dificuldades de renda dos produtores nos últimos anos”.

– Foram perdas causadas pela seca no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás e por outros fatores, tais como doenças, como a ferrugem que atingiu a soja. Ainda não há um tratamento efetivo e de custo baixo para tal doença, embora já devêssemos ter hoje variedades resistentes à disposição dos produtores – explicou.



Gilberto Goellner acredita que audiência possibilitará chegar a consenso



Para Mão Santa, concluir as obras inacabadas seria “a grande obra”

Oposição reage a matéria de revista semanal e volta a cobrar convocações e quebras de sigilo para que CPI dos Cartões Corporativos não se transforme em farsa

Agripino anuncia que, sem quebra de sigilos, DEM fará relatório paralelo

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), afirmou ontem que o partido vai retirar seus integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões Corporativos caso não sejam aprovados, no colegiado, requerimentos que solicitam o envio à comissão de relatório do Tribunal de Contas da União e de quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas envolvidas nas investigações. O partido também produzirá relatório paralelo, que enviará ao Ministério Público, anunciou.

– O governo tem maioria nas CPIs dos Cartões Corporativos e das ONGs e trava a votação de requerimentos – acusou o senador.

Agripino explicou que na CPI dos Cartões tramita requerimento para o envio de relatório do TCU sobre gastos do governo com cartões de crédito, além de informações “às quais não interessa que a CPI tenha acesso”, segundo afirmou.

O líder do DEM reiterou ainda que o partido vai se retirar da CPI dos Cartões e apresentar imediatamente um relatório paralelo ao MP caso os requerimentos não sejam aprovados.

– Amanhã [hoje] teremos uma reunião com o líder na Câmara,



Caso requerimentos não sejam aprovados, DEM vai se retirar da CPI, diz José Agripino

Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), e depois decidiremos o que vamos propor ao PSDB. Porém, não vamos passar atestado de bom moço a ninguém. Nem faremos parte de nenhuma farsa – advertiu.

Aposentados

José Agripino disse ainda que o DEM está apenas aguardando que o governo cesse o envio de medidas provisórias ao Congresso para propor emenda ao PLC 42/07, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo. A emenda estende aos aposentados e pensionistas da Previdência reajuste igual ao dos trabalhadores da ativa, que foi de 9,2%, enquanto o concedido aos aposentados foi de apenas 5%.

Garibaldi apela por consenso para que CPIs “não faleçam por inanição”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, avaliou ontem que as próximas 48 horas serão decisivas para a CPI dos Cartões Corporativos. Amanhã, deverão ser votados requerimentos de quebra de sigilo bancário de autoridades que realizaram gastos com cartões de crédito do governo federal. Os membros do PSDB na comissão reclamam de dificuldades para prosseguir com as investigações por supostos empecilhos apresentados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para fornecer dados sobre os gastos da Presidência.

– É preciso haver um certo consenso, que parece não estar havendo. Uma CPI que começam a dizer que não vai muito adiante me deixa preocupado, apesar de confiar na presidência e na relatoria. Vamos esperar a quarta-feira – comentou Garibaldi.

Na sua avaliação, o governo deveria abrir mão do sigilo dos gastos com cartões da Presidência para solucionar o impasse.

– Eu acho que o governo, ao se apegar a esse sigilo, deve ter alguma coisa que o respalde. Se eu pudesse aconselhar o governo, eu abriria mão – afirmou.

Garibaldi fez um apelo aos parlamentares para não permitirem que as CPIs “faleçam por inanição”. Ele se disse em campanha que apelidou de “SOS CPIs” para que parlamentares, aliados e da oposição, zelem por esse recurso investigatório, que não pode ser banalizado.

– Não se pode de maneira nenhuma banalizar as CPIs, ou então deixar que elas faleçam por inanição. Isso não pode acontecer. Será um dos poucos países do mundo que vai deixar de utilizar uma das maiores prerrogativas dos parlamentos, que é a investigação parlamentar. Não posso conceber que um país como o nosso, que, apesar dos regimes ditatoriais, tem uma tradição parlamentar, se veja numa situação como essa – ressaltou o presidente do Senado.

Veja derruba argumento de que gastos são sigilosos, diz Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), voltou a defender a divulgação de gastos com cartões corporativos e contas tipo B dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. O senador cobrou também a aprovação, pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões Corporativos, de requerimento que convoca a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff.

– Espero que ela compareça à CPI para explicar os detalhes que eles sabem do governo anterior sobre as chamadas contas B – disse Arthur Virgílio, que considerou verídica reportagem da revista *Veja* sobre suposto dossiê que teria sido elaborado por assessores do presidente Lula acerca de gastos no governo FHC.

Na opinião do parlamentar do Amazonas, “caiu por terra” o argumento de que informações sobre gastos presidenciais devem ser sigilosos por questão de segu-



Virgílio defende convocação de Dilma e solicita quebra de sigilos de Lula e FHC

rança nacional.

– Acho que está mesmo na hora de isso tudo ser passado a limpo. Por isso, estou pedindo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e a dona Ruth Cardoso que mandem autorização para a transferência de seus sigilos. Estou fazendo requerimento ao presidente Lula e a dona Marisa, esposa dele, no sentido de que autorizem também a quebra de seus sigilos em relação aos cartões corporativos – anunciou.

Para Alvaro, dossiê sobre governo passado existe, mas é criminoso

Alvaro Dias (PSDB-PR) confirmou ontem a existência de dossiê revelando gastos considerados confidenciais do governo Fernando Henrique Cardoso, conforme foi publicado pela revista *Veja* desta semana, mas o classificou como criminoso. O parlamentar atribuiu a divulgação dos dados ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, que estaria usando dois pesos e duas medidas ao promover “criminosamente” a transparência dos gastos do governo passado e tentar manter na “clandestinidade” os seus próprios gastos.

– O dossiê existe. A revista *Veja* é uma revista responsável, publicou fotos do dossiê e muitas pessoas já viram esse dossiê. Ele é real, eu já vi o dossiê, posso afirmar que ele existe – declarou o senador, lamentando, no entanto, que o governo “use a máquina oficial para produzir dossiês”.

Alvaro Dias classificou a iniciativa como uma tentativa do governo Lula de intimidar a oposição e acobertar supostos gastos irregulares com cartões de crédito corporativos em sua gestão.

– Não há como aceitar passivamente um ilícito de tal gravidade sem uma reação à altura. Fica confortável para a ministra Dilma Rousseff afirmar que o dossiê não existe e vai ficar por isso mesmo? Vai ficar a impressão de que, mais uma vez, o crime compensa? – indagou.

O senador afirmou que a oposição deve exigir a quebra dos sigilos dos investigados pela CPI dos Cartões Corporativos. Ele lembrou que uma CPI “é aquela que investiga para valer, que quebra sigilo para conhecer as informações”.

– Sobretudo agora, quando o governo revelou um dossiê promovendo transparência absoluta nos gastos do governo passado, por que há de guardar a sete chaves os segredos da utilização indevida do cartão corporativo? – questionou.

O senador disse também não acreditar em boa intenção do governo Lula e voltou a denunciar a CPI como uma tentativa de ludibriar a opinião pública. Para ele, o objetivo da comissão não é revelar, mas esconder e confundir. E lançou suspeição sobre a inten-

Arthur Virgílio questionou a Mesa do Senado sobre os motivos pelos quais seus 38 requerimentos com pedidos de informações sobre gastos nos ministérios ainda não foram analisados. Ele lembrou que o relator, César Borges (PR-BA), já se manifestou favoravelmente aos requerimentos.

Logo depois, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, informou que a questão será discutida na próxima reunião da Mesa, que deve ser realizada na quinta-feira pela manhã.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) elogiou o discurso do colega e também defendeu a convocação da ministra Dilma Rousseff pela CPI dos Cartões Corporativos.

Voto de aplauso

Em seu discurso, Arthur Virgílio apresentou ainda requerimento pedindo voto de aplauso à carreira do desembargador Neusimar Pinheiro, do Amazonas, que “se aposenta após anos de serviços prestados à Justiça do estado”.



Alvaro quer responsabilizar autoridade que não responder a pedido de informação

ção de se investigar o governo FHC depois de seis anos.

– Quando não se faz um balanço ao assumir um governo, depois é tardio – avaliou.

Ação judicial

Alvaro Dias anunciou a apresentação de requerimento junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que a Advocacia Geral do Senado responsabilize judicialmente qualquer integrante do governo que não responda a pedidos de informação formalmente encaminhados pela Mesa do Senado.

O parlamentar propôs ainda que seja feito o exame prévio das medidas provisórias. Com o procedimento, o problema de trancamento das votações seria solucionado, observou.



Gerardo Magela

Projeto de Kátia Abreu visa regulamentar pesquisa e produção de clones de animais

Especialistas discutem regras para a clonagem

A regulamentação da pesquisa e da produção de clones de animais será debatida na quinta-feira, às 9h, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O debate, proposto pelo senador João Tenório (PSDB-AL), vai ajudar a comissão a votar projeto da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que dispõe sobre o assunto.

Tenório, relator do projeto (PLS 73/07), pediu que sejam ouvidos o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Rodolfo Rumpf; o veterinário e pesquisador da Universidade de São Paulo Flávio Meirelles; o representante da Associação dos Criadores de Zebu Luiz Antônio Josankian; e o especialista em clonagem de ovinos Joselito Barbosa.

Pela proposta, o registro e a fiscalização das pesquisas com clones devem ser feitos pelo Ministério da Agricultura, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O projeto também prevê punição no caso de não-cumprimento das regras, como pena de até dois anos de prisão para responsáveis pela clonagem sem registro e de até quatro anos para a liberação, no meio ambiente, de animais clonados sem a devida autorização.

Sistemática estabelecida em 2006 determina que só com novos membros e eleição de mesa diretora matérias orçamentárias poderão ser apreciadas pelo colegiado

Votações podem ficar suspensas sem nova Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem até hoje para renovar sua composição. Caso contrário, ficará com os trabalhos suspensos. É o que determina a Resolução nº 1, de 2006, que, entre as regras para funcionamento do colegiado, estabelece que o mandato da atual composição encerra-se hoje.

Até que novos membros sejam nomeados e uma nova mesa diretora – composta por um presidente e três vice-presidentes – seja eleita, nenhuma matéria poderá ser apreciada pela comissão.

A resolução prevê que os próximos integrantes da CMO, titulares e suplentes, sejam indicados pelos líderes partidários até o quinto dia útil do mês de março, que caiu no dia 7 este ano. No entanto, até o fim da manhã de ontem, apenas três partidos no Senado haviam indicado seus representantes – PMDB, PT e PTB.

Em protesto, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM),



Somente PMDB, PT e PTB indicaram membros, mas prazo venceu no dia 7 de março

anunciou nas últimas semanas que seu partido não vai fazer as indicações.

A CMO é composta por 40 membros titulares, dos quais 30 são deputados federais e os outros dez, senadores. Na mesma proporção por Casa, são indicados ainda dez suplentes. As indicações levam em conta a proporcionalidade partidária no Congresso.

Pelo rodízio de cargos previsto na resolução, a CMO será presidida neste próximo período por um deputado. Já a relatoria do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009 deverá ficar a cargo de um senador.

Os cargos são negociados entre os partidos que detêm as maiores bancadas, havendo impedimento regimental de que sejam exercidos por uma mesma legenda.

Relator propõe debate sobre aquecimento na Antártida

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas realiza reunião nesta quinta-feira, às 10h30, para votar requerimentos e tratar de questões administrativas. O senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator do colegiado, deverá submeter à comissão proposta para realização de um ciclo de debates sobre os impactos do aquecimento global na Antártida. Em janeiro, Casagrande integrou comitiva que visitou a base brasileira Comandante Ferraz, naquele continente.

A comissão, criada em março de 2007, teve sua vigência

prorrogada até junho próximo, com o objetivo de encaminhar as sugestões que já fazem parte do relatório de Casagrande, apresentado em dezembro. No texto, o senador destaca a necessidade de ampliação das medidas de combate ao desmatamento ilegal e afirma que 75% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa decorrem de desmatamentos e queimadas. Visando estabelecer medidas para reduzir o problema, os parlamentares realizaram audiência pública com autoridades e especialistas no dia 6 de março.

Os oito projetos de lei reunidos

no relatório de Casagrande, propondo mudanças na legislação ou criando novas normas jurídicas, foram enviados às Mesas da Câmara e do Senado. Entre as propostas está a que trata da regulamentação dos certificados de redução das emissões, medida essencial para incentivar o mercado brasileiro de créditos de carbono.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas é presidida pelo deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) e tem como vice-presidente o senador Magno Malta (PR-ES).

Anistia a desmatador é tema de debate na CMA e na CRA

As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) convidaram os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para falar sobre a proposta de concessão de anistia a proprietários de terra identificados como responsáveis pelo desmatamento ilegal na Amazônia.

A audiência, marcada para amanhã, às 10h, deverá contar ainda com a presença do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Margarido. A reunião foi pedida pelos senadores Neuto de Conto (PMDB-SC), Jefferson Péres (PDT-AM) e Heráclito Fortes (DEM-PI), depois que a imprensa publicou que os dois ministérios estariam analisando a anistia.

A notícia veio a público ao mesmo tempo em que representantes da comunidade científica, com base em números de instituições de pesquisa, apontaram a explosão do desmatamento na Amazônia. Por sua vez, lembra Jefferson, o agronegócio defende a anistia diante da inviabilidade de se restabelecerem áreas de florestas já destruídas. Para o senador, a anistia permitiria a legalização de 220 mil quilômetros quadrados desmatados na região.

Reembolso a usuários de serviços públicos na pauta da CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se amanhã, às 8h45, para analisar, entre outros itens, projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que visa garantir aos usuários de serviços públicos, especialmente os de telecomunicações, o direito de serem recompensados pela interrupção do serviço. O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentou parecer pela aprovação da matéria, que será votada em decisão terminativa na CCT.

De acordo com o projeto (PLS 591/07), a compensação será feita no caso de não haver justificativa para a interrupção do serviço e deverá ser registrada na conta seguinte à suspensão do serviço, no prazo máximo de 40 dias. Na hipótese de a prestadora do serviço não realizar a compensação nesse prazo, ela ficará obrigada a restituir em dobro o valor indevidamente cobrado, acrescido de correção monetária e juros.

Na mesma reunião, a CCT também vota, em decisão terminativa, proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO) que institui o Programa de Estímulo às Atividades de Pesquisa Científica nas Instituições Privadas de Ensino Superior (CT-Universidades). O texto é substitutivo a projeto (PLS 409/03) do senador licenciado Hélio Costa, que tem por objetivo obrigar instituições de ensino superior privadas a constituírem uma fundação de pesquisa.

Segundo Demostenes, uma fundação financiada pelas faculdades privadas não é adequada para estimular o financiamento de pesquisa científica. O relator ressalta ainda que, constitucionalmente, o Estado não pode obrigar instituições privadas a criarem uma fundação privada.

Constam ainda da pauta da comissão, composta de 29 itens, 25 projetos de decreto legislativo sobre o funcionamento de empresas de radiodifusão.



Jane Araújo

Comissões esperam ouvir a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva...



Leopoldo Silva

...e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes



Marco Maciel (D) comanda as reuniões da CCJ, que amanhã analisa pauta com 21 itens

Proposta inclui ação social entre as atribuições das Forças Armadas

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui a cooperação em ações sociais entre as atribuições das Forças Armadas será examinada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O autor da proposição é o senador Expedito Júnior (PR-RO).

De acordo com o artigo 142 da Constituição, as funções tradicionais das Forças Armadas são “a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de quaisquer destes, da lei e da ordem”. Elas já atuam, eventualmente, em ações sociais civis, mas isso não é uma atividade prevista na Constituição.

A proposta (PEC 87/07) remete a um antigo debate sobre as funções das Forças Armadas. Há, de um lado, os que defendem a sua ampliação para colocar as ações sociais entre as suas atividades essenciais. De outro, estão os que afirmam que essa alteração resultaria no desvio de função das

Forças Armadas, na possibilidade de contenção de gastos na área de defesa e no risco do uso político dessa atuação.

Expedito Júnior destaca que sua proposta visa beneficiar “o enorme contingente de desabrigados que se convencionou chamar de moradores de rua”. Por isso, a proposição modifica também o artigo 203 para que a assistência social tenha, entre seus objetivos, “o amparo às pessoas que, na forma da lei, sejam consideradas moradoras de rua”.

No voto favorável, o relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), recomenda a supressão de item que acrescenta a “assistência aos desamparados” aos princípios da ordem econômica (art. 170 da Constituição). Ele argumenta que “o inciso VII do dispositivo já prevê a redução das desigualdades sociais [entre os princípios da ordem econômica], expressão mais abrangente do que a que se pretende incluir”.

Cidades podem ter mais prazo para aprovar o plano diretor

Os municípios com mais de 20 mil habitantes que ainda não elaboraram seus planos diretores poderão aprová-los até 30 de junho deste ano. Projeto que prorroga o prazo para esse procedimento será analisado quinta-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a partir das 11h30.

A proposta (PLS 93/06), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), segundo o qual todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e de interesse turístico, deveriam ter seus planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras de vereadores até julho de 2006. Em virtude do descumprimento da lei por quase 25% dos municípios brasileiros

– segundo informações do relator, Gim Argello (PTB-DF) –, o projeto, que já havia sido aprovado pelo Senado, recebeu na Câmara substitutivo que prorroga o prazo para junho.

De acordo com o estatuto, os prefeitos que deixarem de tomar providências para garantir tanto a aprovação do plano diretor quanto a revisão dos planos já vigentes incorrem em improbidade administrativa. O plano é uma lei municipal que estabelece normas para a ocupação territorial da cidade. Após a deliberação da CDR, a matéria irá à votação no Plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CDR elegerá o vice-presidente do colegiado, que substituirá o senador Jonas Pinheiro, falecido em fevereiro deste ano.

Evento promovido pelo Senado e pela Câmara tem o objetivo de indicar medidas para eliminação dos gargalos que prejudicam as exportações

Seminário discute soluções para modernização dos portos do país

Em comemoração dos 200 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, será realizado hoje, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portela, o Seminário Legislativo de Portos, Integração Multimodal e Comércio Exterior. O objetivo é discutir soluções para a modernização dos portos e a eliminação de gargalos que prejudicam as exportações brasileiras. A abertura dos portos foi uma determinação do príncipe-regente dom João, durante sua estada em Salvador, quando da transferência da sede da corte portuguesa para o Brasil.

O seminário será constituído de

três painéis temáticos: A Eficiência Portuária; Desafios do Transporte Hidroviário; e o Porto no Contexto da Multimodalidade. A realização do evento é do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) – Diretoria Aquaviária. A iniciativa é do deputado Edinho Bez (PMDB-SC).

De acordo com os organizadores, esse encontro inaugura uma série de debates que acontecerão, ao longo deste ano, nas administrações portuárias e hidroviárias e nas diversas empresas públicas e autarquias vinculadas a

comércio exterior, transportes e agricultura.

Foram convidadas para o evento várias autoridades, entre as quais os governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, José Serra e Sérgio Cabral, além dos ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

Na ocasião, será lembrado, também, o bicentenário de criação do Corpo de Fuzileiros Navais, no dia 7 de março de 1808, data em que aportou no Rio de Janeiro a Brigada Real da Marinha Portuguesa.



Ausência de infra-estrutura moderna e adequada nos terminais portuários impede melhor desempenho do comércio exterior

CAE debate indicadores com presidente do IBGE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate hoje, em audiência pública a partir das 10h, os indicadores econômicos, sociais e demográficos do Brasil com o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes.

Em seguida, a comissão deve analisar uma pauta com dez itens, entre os quais o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), que assegura aos trabalhadores o direito de faltar um dia ao trabalho por ano, sem prejuízo da remuneração,

para tratar de assuntos pessoais (PLS 23/03). A matéria tem parecer favorável.

Na quinta, a partir das 11h, também está agendada uma reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, vinculada à CAE, para apresentação de relatório preliminar dos trabalhos desenvolvidos pelo colegiado.

Também às 10h, as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da

Câmara dos Deputados, discutem soluções para o endividamento rural. No mesmo horário, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para discutir as políticas educacionais na Espanha e no Brasil.

Já a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar, em reunião marcada para as 11h, uma pauta de dez proposições, cinco delas promovendo alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Fotos: Geraldo Magela



“Somos o mais transparente dos Poderes e, por isso, o mais exposto a críticas”

Efraim elogia ato do Senado sobre gestão de contratos na Casa

O 1º secretário da Mesa do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), saudou a publicação do Ato 2/08, que disciplina a gestão dos contratos firmados pela instituição. Além de reunir as diversas normas sobre gestão de contratos no serviço público, o ato enumera as principais atribuições dos gestores e estabelece que a nomeação para esses cargos é de competência exclusiva do diretor-geral do Senado.

Há no Senado atualmente cerca de 400 gestores de contratos, que atuam na contratação de mão-de-obra, aquisição de materiais e execução de obras.

Segundo Efraim, a execução dessas tarefas foi facilitada pela edição de um manual de gestão de contratos com orientações básicas. Também foi desenvolvido um sistema de informática para a obtenção de dados em tempo real, o Gescon.

Na sua avaliação, esse trabalho deverá constituir um “instrumento valioso de consulta para os servidores da Casa e de outros órgãos públicos”. Também prova que o Senado Federal não é “nenhuma caixa-preta da administração pública”.

– Somos o mais transparente dos Poderes, e, por isso, o mais exposto a críticas e incompreensões, o que nos obriga ao constante aperfeiçoamento do

nosso sistema administrativo. Daí a importância de ferramentas gerenciais, como esse ato publicado.

Como parte da iniciativa, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) acaba de dar início ao curso “Gestão Estratégica de Contratos no Senado Federal”. Para Efraim, a procura significativa pelas vagas do curso por servidores do Executivo mostra o sucesso do Senado na área.

Escassez de água no Nordeste é mito, afirma Valadares

A implantação de uma “política agressiva” de armazenamento e distribuição de água para o semi-árido nordestino foi defendida por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador lembrou que a região conta com reservas subterrâneas que poderiam abastecer boa parte da população brasileira, embora ainda prevaleça o mito da escassez natural de água no Nordeste.

Valadares citou relatório da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), datado de 1995, e disse que é possível extrair, no semi-árido, 20 bilhões de metros cúbicos de água por ano. Entretanto, extrai-se menos de 1 bilhão, ou “3% a 4% de toda essa grande disponibilidade”.

Valadares ressaltou que as reservas de água subterrânea no Nordeste estão estimadas em 135 bilhões de metros cúbicos. Apenas a grande bacia sedimentar Maranhão-Piauí apresenta um potencial hídrico acima de 100 metros cúbicos por segundo, com água suficiente para abastecer dois terços da população do país.

– Nosso país está com anos atrasado na perfuração de poços, segundo especialistas. Não falta apenas pesquisa. Faltam determinação política, poços, cisternas, coleta de água no telhado, armazenamento de águas de superfície e, em especial, açudes.



Valadares observa que falta “vontade política” para garantir água à população

Maciel defende reforma que fortaleça partidos e Congresso

Para o senador, sistemas proporcionais necessitam de medidas, como a cláusula de barreira, que evitem excessiva proliferação de agremiações partidárias

O senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu ontem a realização de uma reforma política, com alterações no atual sistema eleitoral, como forma de fortalecer os partidos e melhorar o desempenho do Congresso Nacional.

Na avaliação do senador, “é fora de dúvida” que os sistemas proporcionais necessitam de medidas adicionais que favoreçam a contenção partidária ou, pelo menos, evitem sua excessiva proliferação.

Entre essas medidas, disse Maciel, a mais bem sucedida é a cláusula de desempenho ou de barreira, que está contida no artigo 13 da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95) e foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF)



Maciel: cláusula de desempenho está prevista no Código Eleitoral de 1965

em 2006.

O dispositivo estabelece uma série de requisitos para que os partidos tenham direito a representação no Legislativo, a recursos do fundo partidário e

ao horário gratuito na televisão. Para cumprir a cláusula, o partido precisaria obter 5% dos votos válidos dados a deputado federal em todo o país, distribuídos em pelo menos nove estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles.

– A efetivação dessa tentativa que data mais de 40 anos, por já estar prevista na versão original do Código Eleitoral de 1965, é requisito para a formação de maiorias estáveis no Congresso Nacional, e em especial na Câmara dos Deputados, cuja representação é escolhida pelo sistema proporcional desde 1932.

O senador frisou que a adoção da cláusula de desempenho nas eleições não guarda relação direta com as exigências para a fundação de novos partidos.



“Assim que a pauta for desobstruída, vamos votar essas matérias”, diz Paim

Paim insiste em benefícios para aposentados

O bom desempenho da economia ampara a defesa do reajuste dos aposentados, segundo Paulo Paim (PT-RS). O senador voltou a defender a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 296/03, que extingue o fator previdenciário (reduzidor de 40% sobre as aposentadorias); do PLS 58/03, que reajusta os benefícios de aposentados e pensionistas; e do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/08, que, por emenda de Paim, estende a mesma política de reajuste e valorização do mínimo para todas as aposentadorias e pensões até 2023.

– As propostas estão na pauta. Assim que a pauta for desobstruída, vamos votar essas matérias.

O senador citou indicadores favoráveis como a classificação do Brasil, pelo Banco Mundial, como a sexta economia do mundo, levando-se em conta a paridade do poder de compra e o crescimento de vários setores, entre os quais o farmacêutico (10% em 2007) e o do agronegócio (exportações recordes).

Na avaliação de Paim, é de grande importância o aumento da renda das camadas mais pobres da população, o que tem feito crescer o consumo e aquecido a venda de supermercados e lojas de eletrodomésticos. Em apartes, o senador recebeu apoio de João Pedro (PT-AM), Augusto Botelho (PT-RR) e Mão Santa (PMDB-PI).

Papaléo critica excesso na edição de medidas provisórias pelo Executivo

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou novamente o que chamou de “absurda quantidade” de medidas provisórias (MPs) editadas pelo presidente da República.

– Os critérios de relevância e urgência têm sido desconsiderados a todo momento – afirmou o senador, lembrando que uma emenda constitucional tentou “pôr algum freio à sanha do Executivo”, mas isso se mostrou insuficiente.

O senador ressaltou que o governo continua a enviar ao Congresso Nacional medidas provisórias que não atendem aos pressupostos de urgência e relevância. Disse que a pauta

de votações está trancada por MPs para aprovação de créditos ordinários e de planos de cargos e salários, além de criação de secretarias. A MP para a criação da TV pública, segundo Papaléo, foi “um absurdo”.

Improviso

Papaléo criticou a falta de planejamento do governo, causa, segundo ele, para a edição de tantas MPs. Em aparte, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que o governo federal não utiliza o instrumento da urgência legislativa em projetos de lei. Também em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o governo militar tinha o bom senso



Segundo Papaléo, critérios de relevância e urgência têm sido desconsiderados

de só dar validade ao decreto-lei depois que este era discutido e aprovado pelo Congresso Nacional.

Papaléo ainda leu reportagem da revista *Época* segundo a qual 1.529 das 1.911 leis aprovadas pelo Congresso Nacional entre 2002 e 2007 tiveram origem no Palácio do Planalto.